

MDS

Global
Insurance & Risk
Consultants

Relatório & Contas 2017

We
will be
there

Índice

1. A MDS.....	3
2. Enquadramento Macroeconómico.....	3
2.1. Mundo.....	3
2.2. Portugal.....	4
3. Evolução do Mercado Segurador.....	5
4. Principais Acontecimentos 2017.....	7
4.1. Notoriedade.....	8
4.1.1. Presença nos media.....	8
4.1.2. MDS Meets the Market (MMM).....	8
4.1.3. Novo website corporativo.....	8
4.1.4. Fullcover.....	9
4.2. Novas Soluções e Serviços.....	9
4.3. Conhecimento.....	11
4.3.1. Formação.....	11
4.3.2. Conferências e Seminários.....	11
4.4. Tecnologia.....	13
4.5. Mecenato e patrocínios.....	13
4.6. Parcerias.....	14
4.7. Pessoas.....	14
5. Desempenho Operacional.....	15
6. Aplicação de Resultados.....	16
7. Perspetivas para 2017.....	16
8. Considerações Finais.....	17



Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V. Exas, o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2017.

1. A MDS

Inserida na operação global do Grupo MDS, a MDS – Corretor de Seguros S.A. dedica-se à atividade de mediação, corretagem e consultoria em gestão de risco, apresentando-se como um *trusted adviser* dos seus clientes, procurando criar serviços e soluções inovadoras que satisfaçam as suas necessidades e apoiando-os na otimização da sua gestão de risco.

Com uma equipa multiespecializada de mais de 200 trabalhadores que possui um vasto conhecimento em seguros e gestão de risco, a MDS é capaz de garantir um serviço profissional e rigoroso, permitindo-lhe assim posicionar-se como líder em Portugal.

A MDS procura estabelecer parcerias com importantes *players* do setor, com vista a deter um acesso privilegiado aos mercados locais e internacionais e, deste modo, encontrar com facilidade e rapidez as soluções mais eficientes e adequadas para todos aqueles que confiam na MDS para a gestão dos seus seguros e riscos.

2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

Pela primeira vez desde a crise financeira internacional, o crescimento da **economia mundial** superou as expectativas um pouco por todo o mundo. Depois de registar em 2016 a pior performance desde a recessão, o crescimento global acelerou para +3.7%ⁱ em 2017, o ritmo mais elevado desde 2011.

Globalmente, 2017 ficou marcado por uma recuperação sincronizada nas economias avançadas e emergentes, em particular com a Zona Euro e o Japão a juntarem-se ao ciclo positivo de crescimento económico. O aumento do dinamismo refletiu a forte confiança empresarial e a solidez do consumo privado, que resultaram num aumento das despesas em capital o que, por sua vez, conduziu a novos ganhos no emprego e nos salários.

ⁱ Dados para os principais blocos: FMI, *World Economic Outlook Update*, janeiro 2018



Acresce que, e contrariamente ao que era esperado, o ano foi marcado por uma relativa estabilidade, já que os maiores riscos geopolíticos não se materializaram: os principais movimentos nacionalistas não conseguiram conquistar o poder na Zona Euro, a Coreia do Norte prosseguiu com as suas provocações, mas os efeitos nos mercados financeiros foram de curta duração e os impactos económicos da administração Trump foram limitados.

Nos **Estados Unidos**, a atividade ganhou ritmo na segunda metade do ano, à medida que os efeitos da apreciação do dólar e dos movimentos no preço do petróleo se foram dissipando. A expansão tornou-se cada vez mais abrangente, no entanto, a procura doméstica constituiu o principal impulso, à medida que o aumento da confiança empresarial, o nível muito baixo de desemprego e os ganhos salariais continuaram a suportar o consumo privado e o investimento. Globalmente, a economia cresceu em linha com as expectativas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 1.5% em 2016 para 2.3%.

A **Zona Euro** constituiu a principal surpresa positiva, com o crescimento do PIB a alcançar os +2.4% em 2017. A atividade continuou suportada em fundamentos sólidos, nomeadamente a criação robusta de emprego, mercados de exportação em crescimento, preços do petróleo relativamente baixos, política monetária acomodatória, melhoria das condições de financiamento e inflação subjacente contida. Acresce que, pela primeira vez desde 2011, todos os dezanove países membros registaram simultaneamente uma expansão do PIB.

Finalmente, a performance económica nos **mercados emergentes** também se consolidou. A China gozou de relativa estabilidade, com o crescimento a registar um nível semelhante ao de 2016 (+6.8%), enquanto a atividade no Brasil, na Argentina e na Rússia voltou finalmente a terreno positivo (+1.1%, +2.4%, +1.8%, respetivamente).

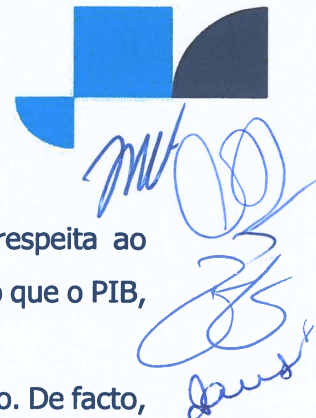
2.2. Portugal

Em **Portugal**, a retoma ganhou finalmente força, o PIB atingiu a taxa mais elevada de crescimento desde 2000 (+2.6%)ⁱⁱ. A economia continuou a registar um superavit corrente e o défice público ficou abaixo do limite de 1,4%ⁱⁱⁱ. Neste contexto, o sentimento de mercado em relação a Portugal melhorou substancialmente e os spreads da dívida soberana registaram uma forte queda.

Este dinamismo acrescido, que refletiu uma melhoria generalizada tanto das condições internas como externas, foi estimulado pela forte recuperação do investimento e das

ⁱⁱ FMI, Declaração final sobre a sexta missão de monitorização pós programa, dezembro 2017

ⁱⁱⁱ Conselho das Finanças Públicas, Desenvolvimentos Fiscais até ao final do terceiro trimestre de 2017



exportações, a par do crescimento continuado do consumo privado. No que respeita ao mercado de trabalho, a criação de emprego registou um crescimento mais forte do que o PIB, o que levou a uma forte queda do desemprego^{iv} (8.9% contra 11.1% em 2016).

Além disso, a recuperação económica continuou marcada pelo forte ciclo do turismo. De facto, o sector continua em forte expansão impulsionado por ganhos de competitividade e pelo aumento da insegurança em alguns destinos concorrentes, com os não residentes a contribuírem não apenas para o aumento das receitas dos hotéis e restaurantes (+16.5% e +11.2%)^v, mas também a suportarem a retoma da construção relacionada com o turismo.

Neste contexto, o consumo privado^{vi} em termos nominais (+3.4%) registou um crescimento superior ao do rendimento disponível. Isto foi sustentado pelo excepcional nível de confiança dos consumidores, que alcançou o nível mais elevado em cerca de 20 anos, num contexto de políticas governamentais expansivas aliadas ao forte efeito riqueza, que permitiu uma queda sem precedentes da taxa de poupança (+4.4% de +6.0% em 2016). A despesa (+2,6%)^{vii} em bens duradouros permaneceu particularmente dinâmica, mas evidenciando uma clara desaceleração liderada pelas vendas de automóveis (+7.1%) que já regressaram aos níveis pré-crise, enquanto a eletrónica (+6.4%) beneficiou da recuperação do sector residencial. Em oposição, os gastos em bens não duradouros ganharam ímpeto, o que se refletiu na recuperação das vendas a retalho (+5.5%), nomeadamente nas categorias não alimentares^{viii} (+4.7%), tais como vestuário (+3.8%).

3. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com dados publicados pela ASF^{ix}, em 2017, a produção de seguro direto em Portugal registou um valor de cerca de 10.7 mil milhões de euros, o que se traduz num aumento face a 2016 em 4,1%. Nos últimos anos verificava-se uma tendência decrescente neste setor, a qual é então invertida em 2017, devido não só à produção do Ramo Vida, bem como do Ramo Não Vida, ambos a registar crescimentos na ordem dos 3,1% e 5,7%,

^{iv} Banco de Portugal, Projeções para a Economia Portuguesa, dezembro 2017

^v INE, Índice de Volume de Negócios nos Serviços, Alojamentos e Restauração, dados disponíveis até novembro 2017

^{vi} INE, Contas trimestrais das famílias e das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias, dados acumulados ao quarto trimestre, dados disponíveis até ao terceiro trimestre de 2017

^{vii} INE, Índice de volume de negócios no comércio a retalho

^{viii} Comércio a retalho de produtos não alimentares exceto combustível

^{ix} Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Estatísticas Trimestrais



respetivamente (ver Gráfico 1), acompanhando assim a melhoria da conjuntura económica observada neste ano.

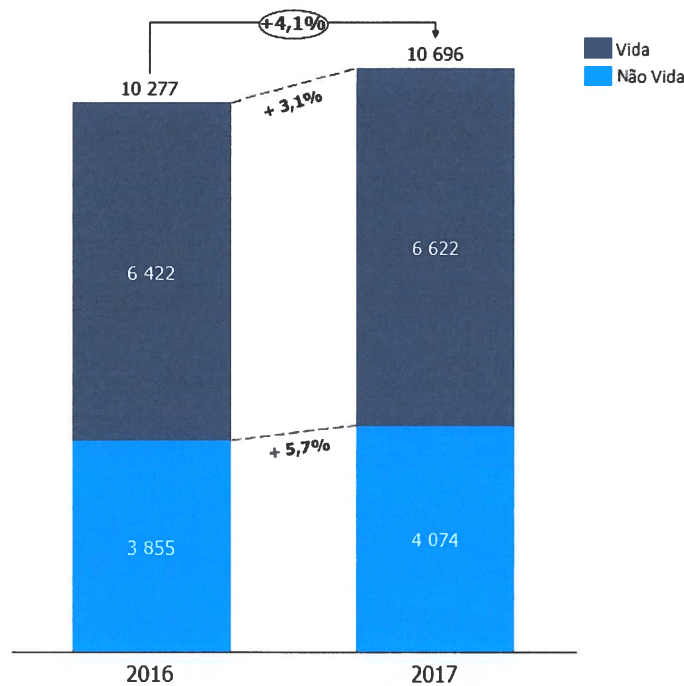


Gráfico 1 - Produção de Seguro Direto em Portugal (2016 vs. 2017)

O Ramo Vida, após o decréscimo de 23% verificado em 2016, apresenta em 2017 um bom desempenho registando um crescimento de 3,1%. Este crescimento foi sobretudo devido aos Contratos de Investimento que apresentaram uma evolução positiva em 5%, passando desta forma a representar 64% do total da produção do Ramo Vida. De notar que face ao período homologado de 2016, os Planos Poupança Reforma registaram um aumento de 30%.

No Ramo Não Vida, a produção foi de cerca de 4.1 mil milhões de euros, sendo os ramos de Acidente e Doença e Automóvel, os quais conjuntamente apresentam um peso de 73,5% neste Ramo, os que mais contribuíram para este aumento. Neste contexto, assistiu-se a um aumento de 3,9% nos prémios brutos gerados pelo seguro automóvel, os quais se situaram em 1.5 mil milhões de euros, e a um aumento de 11,5% na modalidade de Acidentes de trabalho observando-se um volume de prémios de 0.7 mil milhões de euros.



4. Principais Acontecimentos 2017

A dinâmica de crescimento e afirmação do Grupo MDS no mercado aliada à constante mudança e evolução da envolvente externa, quer ao nível económico, quer ao nível do setor segurador, têm ditado o caminho da MDS conduzindo-a a um processo de melhoria contínua das atividades desenvolvidas, a uma permanente adaptação dos seus recursos às necessidades de resposta aos desafios impostos pelo negócio, bem como à busca incessante pela inovação como forma de diferenciação. Desta forma, em 2017, a MDS manteve-se empenhada na multiespecialização e incentivo ao conhecimento, na conquista de novos clientes e desenvolvimento de novo negócio, e ainda na aposta em Digital Business com o objetivo de impulsionar a presença MDS no mercado digital.

Dedicada no serviço ao cliente com um pronúncio único e muito próprio de proximidade, a MDS estabelece em 2017 uma parceria estratégica com o Grupo Trivalor, adquirindo 45% da FlexBen. Esta parceria, através do desenvolvimento de soluções que facilitam e apoiam os clientes na definição de diferentes tipos de benefícios a disponibilizar aos seus colaboradores, apresentados numa plataforma web, confere à MDS uma vantagem competitiva ao nível dos benefícios flexíveis.

Em 2017, a MDS dá ainda um passo na ampliação na sua oferta, através do desenvolvimento de linhas de corretagem especiais, designadamente em ourivesaria e transportes, anteriormente não abrangidas pelo Grupo. Assim, assistiu-se a criação de uma *coverholder* de seguros especializados através da empresa Iberosegur, dotando a MDS de novas competências específicas e de novas linhas de negócio com um foco em riscos especiais e dirigido para todos os mercados.

De destacar, em 2017, a nomeação da MDS como Lloyd's broker tornando-se no único broker lusófono entre os cerca de 300 que a nível mundial trabalham com o Lloyd's of London. Esta nomeação abre portas ao maior mercado de seguros especializados do mundo que reúne os mais reputados profissionais na gestão de riscos emergentes ou complexos, passando a MDS a ter acesso direto (e dispensando dessa forma a intermediação de corretoras estrangeiras) a um conjunto de subscritores de risco especializados.

Comprova-se assim a resiliência da MDS, bem como a sua sofisticação, proatividade e profissionalismo, após um processo de aprovação exigente com uma duração de cerca de um ano. Na qualidade de Lloyd's broker, a MDS tornar-se-á capaz de apresentar aos seus clientes soluções de gestão de risco mais sólidas, adaptadas às necessidades cada vez mais complexas



e inesperadas apresentadas por estes. Tal facto auxiliará igualmente a MDS a dar resposta face aos riscos emergentes, como é o caso do *cyber risk*, ou do risco associado ao aparecimento de veículos autónomos, tema igualmente preponderante no âmbito de gestão de risco.

4.1. Notoriedade

Para a persecução do objetivo de crescimento e liderança a MDS tem vindo a reforçar o seu investimento no Marketing e Comunicação, promovendo um conjunto de ações estratégicas para a notoriedade da marca.

4.1.1. Presença nos media

Em 2017 a MDS teve uma grande presença nos *media* portugueses e estrangeiros com mais de 165 notícias publicadas, 16 entrevistas, 12 artigos de opinião e a divulgação de 17 *press releases*, uma clara prova da notoriedade e interesse que a marca MDS despertou.

4.1.2. MDS Meets the Market (MMM)

Em março do presente ano a MDS organizou mais uma iniciativa inovadora – um almoço que reuniu os CEO's e presidentes dos principais seguradores, com o objetivo de dar a conhecer aos mais relevantes *players* e *stakeholders* do mercado segurador português os recentes desenvolvimentos no Grupo MDS, assim como a nossa equipa e novos projetos.

4.1.3. Novo website corporativo

2017 ficou marcado pelo lançamento do novo site corporativo da MDS. Este investimento insere-se na estratégia de reforço da sua presença no mundo digital, explorando oportunidades de crescimento e de desenvolvimento de negócio.

A nova estrutura de *websites* vem dar continuidade ao projeto de *rebranding* iniciado no final de 2016, e que pretendeu reforçar a notoriedade da marca e o seu posicionamento diferenciador no mercado segurador.

Disponível em www.mdsinsure.com, o novo website foi desenvolvido de raiz tendo por base as melhores práticas de usabilidade, o que lhe permite ser dinâmico, escalável e *user-friendly*. Totalmente *responsive*, garante uma experiência de navegação apelativa e intuitiva em qualquer dispositivo. O site está disponível em Português e Inglês.



Além de apresentar a dimensão e o alcance internacional da MDS, o novo *website* dá a conhecer a oferta global do grupo, bem como o *know-how* e multiespecialização da equipa. O site disponibiliza igualmente um espaço dedicado à partilha de artigos especializados e à divulgação da FULLCOVER que se assume como um importante meio de promoção de conhecimento no setor de seguros e gestão de risco.

O novo site corporativo é o primeiro de um projeto que prevê a disponibilização de um conjunto de *websites* locais, nomeadamente para Portugal, com a finalidade de dar resposta às necessidades específicas do mercado e reforçar a proximidade aos clientes e potenciais clientes.

4.1.4. Fullcover

Com o lançamento da 10ª edição da revista FULLCOVER, a MDS manteve a sua aposta na partilha de conhecimento no setor segurador e de gestão de risco. Vista como um instrumento de prestígio e de reputação da MDS, a FULLCOVER é já uma referência no mercado internacional, sendo considerada uma das melhores revistas de risco e seguros.

Esta revista nasce do trabalho árduo e do forte envolvimento da equipa MDS, que a cada publicação vê o seu orgulho crescer ao reconhecer nela um excelente meio para consolidar relações, quer por via das colaborações editoriais que o grupo estabelece com reputados *players* e *experts* internacionais, quer pelo alcance global da revista, o que permite à MDS destacar-se internacionalmente.

A FULLCOVER é assim um dos principais cartões de visita da MDS, assumindo-se como um elemento diferenciador e inovador, que espelha o profissionalismo e a enorme vontade de partilha de conhecimento, valores que desde sempre acompanham o Grupo.

4.2. Novas Soluções e Serviços

A MDS tem continuado a apostar na criação de soluções inovadoras, apoiadas por um serviço diferenciado, de forma a antecipar as tendências do setor, respondendo às exigências do mercado e às expectativas do cliente.

MDS Partners

Encontrando-se numa fase de consolidação do modelo de negócio, a MDS Partners tem vindo a dinamizar e a fortalecer a sua rede de parceiros, com vista à criação de uma maior



proximidade com o cliente e, simultaneamente à melhoria contínua do nível de serviço prestado localmente ao mesmo. Este canal de agentes assume um perfil estratégico pela cobertura geográfica e capilaridade que permite alcançar e ainda pelo considerável volume de prémios que representa no mercado.

Protocolos para Colaboradores

No sentido de dinamização desta área de negócio, foram desenvolvidas diversas campanhas de email marketing de produto, com o objetivo de aumentar a adesão dos colaboradores, bem como estimular o *cross-selling*. Foram ainda estabelecidos novos Protocolos para Colaboradores com empresas e ainda melhorado o conjunto de soluções disponibilizadas, permitindo um reconhecimento das vantagens da criação desta parceria por parte do cliente e uma excelente aceitação por parte deste.

FlexBen

A MDS reforçou a sua posição na área de *Employee Benefits* com a compra de 45% da FLEXBEN®, empresa que atua no desenvolvimento de soluções de benefícios flexíveis.

O FLEXBEN® é um sistema que permite às empresas definir, implementar e gerir de modo integrado e eficiente o plano de benefícios flexíveis a disponibilizar aos seus colaboradores, otimizando o processo de personalização dos programas e proporcionando uma maior eficiência fiscal à organização e aos colaboradores.

Com esta operação a MDS posiciona-se na linha da frente na área dos benefícios flexíveis.

Brand Insurance

Através do lançamento de novos programas de seguros e do acompanhamento ao cliente para a venda dos mesmos, esta área de negócio tem vindo a demonstrar um desenvolvimento da sua atividade. A captação de novos clientes tem também em muito contribuído para a tendência de crescimento desta área.

Seguros Continente

O ano da Seguros continente voltou a ser marcado por diversas campanhas, permitindo por via de condições promocionais competitivas a angariação de novos clientes. Com uma estratégia de preço e apresentando condições flexíveis e de forma simplificada, a Seguros Continente tem vindo a reforçar não só a visibilidade da marca, como das suas próprias soluções.



PPR MDS Equilíbrio

MDS lançou o primeiro Plano Poupança Reforma em Portugal de um corretor de seguros. O PPR MDS Equilíbrio dirige-se a particulares, empresários em nome individual e empresas em nome dos seus colaboradores, sendo uma das mais atrativas soluções de poupança para a reforma disponíveis no mercado.

4.3. Conhecimento

O conhecimento, em 2017 voltou a ser uma aposta inequívoca da MDS, tendo sido levadas a cabo diversas iniciativas quer ao nível da formação, quer no que diz respeito à participação ativa em diversas conferências, workshops e seminários, das quais se destacam:

4.3.1. Formação

Lunch & Learn

Numa clara aposta na partilha de conhecimento e um incremento da comunicação, a MDS manteve em 2017 a organização da iniciativa "Lunch & Learn", que visa partilhar com os colaboradores informação e conhecimento de cariz técnico e prático, sobre vários temas de relevância para a sua atividade.

Ao todo em 2017 foram realizadas 11 sessões, nas quais foram abordados diversos temas centrais ao negócio (Seguro Decenal, Flexben, Brokerslink), bem como da vertente de responsabilidade social, com um *Lunch & Learn* dedicado a "Desmistificar o estigma da Doença Mental", levado a cabo em parceria com a associação Encontrar+Se.

As sessões são realizadas durante o horário de almoço e o seu formato foi muito bem-recebido, a adesão foi elevada e o feedback positivo.

4.3.2. Conferências e Seminários

MDS Trends

A MDS organizou uma edição do MDS Trends, um evento destinado à partilha de conhecimento sobre risco e seguros com jornalistas dedicado ao risco cibernético, considerado uma das maiores ameaças para as empresas, pelo elevado impacto económico em perda de receitas, clientes e oportunidades de negócio.

O encontro teve como finalidade alertar para os impactos (financeiros, reputação, perda de negócio, entre outros) de um ataque cibernético, bem como para a importância da existência



nas empresas de uma cultura de mitigação de riscos e da proteção financeira através dos seguros.

Portugal Exportador

Reforçando a ligação ao tecido empresarial, a MDS associou-se ao Portugal Exportador, como patrocinador daquele que é considerado o maior evento nacional dedicado à internacionalização das empresas.

A MDS dinamizou o workshop “Passos para a Exportação” e participou no café-temático “O papel do Seguro de Crédito nas exportações” – dois momentos centrais para destacar a nossa *expertise* e as soluções de seguros para apoio ao processo de internacionalização.

Bootcamp para a Internacionalização

A MDS participou no Bootcamp para a Internacionalização organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, com uma intervenção que destacou os principais riscos do processo de internacionalização, dando a conhecer as soluções de proteção existentes. O evento teve duas edições, no Porto e em Lisboa.

Workshop Planos de Benefícios Flexíveis

A MDS promoveu, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, o workshop “Implemente e Otimize Planos de Benefícios Flexíveis adaptados a cada colaborador”.

Este workshop teve como finalidade dar a conhecer aos participantes o que são os programas de benefícios flexíveis, as suas vantagens para as empresas e colaboradores e como implementar um plano de benefícios flexíveis customizado.

5ª Conferência Franco-Portuguesa

Numa clara aposta de proximidade à comunidade francófona em Portugal, a MDS esteve presente na 5ª Conferência Franco-Portuguesa que se realizou no dia 7 de março, em Lisboa, no qual foram destacadas as soluções de proteção para empresas e particulares.

Seminário “O investimento industrial francês em Portugal”

A MDS participou no seminário “O investimento industrial francês em Portugal”, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso Francesa, e que decorreu no dia 26 de outubro,



no Porto. A MDS teve oportunidade de apresentar os serviços e apoios à instalação das empresas, com foco nas soluções de seguros.

Encontro da Construção Civil e Metalomecânica

A MDS participou no Encontro da Construção Civil e Metalomecânica organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa que reuniu diversos *players* do setor da construção com interesse no mercado francês para abordar as especificidades e a regulamentação do setor. A MDS teve oportunidade de apresentar o seguro de Responsabilidade Civil Decenal, criado para apoiar as empresas portuguesas que tenham projetos de construção em França.

Congresso Agers Catalunha e Madrid

A HighDome participou, enquanto sponsor, no III Congresso na Catalunha e no XXVIII Congresso Nacional da AGERS – “Evolucionando con los riesgos”, uma associação espanhola de gestão de risco e seguros. Este último evento teve lugar em Madrid e reuniu cerca de 300 especialistas em risco e seguros que discutiram as oportunidades e desafios do setor.

4.4. Tecnologia

A aposta em inovação e tecnologia tem sido central na MDS, tendo esta, em 2017, alavancado a sua presença no digital, explorando oportunidades para potenciar a sua notoriedade e negócio nos canais digitais.

Esta aposta faz parte de uma estratégia de presença digital integrada que contempla diferentes meios, e que foi reforçada com o lançamento do *website* corporativo - um projeto estratégico e que veio potenciar *leads* e a notoriedade da marca.

A MDS manteve a sua presença ativa nos *social media*, em particular no LinkedIn, encarado como um importante canal de comunicação e *networking* no segmento empresarial.

4.5. Mecenato e patrocínios

A MDS tem desde sempre procurado associar-se e contribuir para iniciativas que aportem valor para a comunidade. É por isso que tem fomentado a colaboração ativa com entidades de referência, seja na área social, cultural ou desportiva.

No âmbito da sua política de mecenato, a MDS patrocinou em 2017 três concertos da Orquestra Sinfónica do Porto na Casa da Música, tendo igualmente apoiado iniciativas levadas



a cabo por instituições nacionais de referência que desenvolvem uma atividade dinâmica, entre as quais se destacam o Museu Nacional dos Soares dos Reis e a Fundação Cupertino de Miranda. Já na vertente de responsabilidade social destaca-se a ligação à Associação ENCONTRAR+SE, instituição de solidariedade social que apoia pessoas com transtornos mentais graves.

Na área desportiva, a MDS voltou a apoiar o desporto motorizado, patrocinando o premiado piloto português Miguel Ramos e ainda Bianchi Prata que permitiu que a MDS marcasse presença no Dakar.

4.6. Parcerias

A MDS é parceira ativa de diversas Câmaras e Associações Comerciais, com as quais desenvolve diversas iniciativas e protocolos específicos. Destacam-se:

- Associação Industrial Portuguesa
- Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa
- Associação de Amizade Portugal – EUA

4.7. Pessoas

A MDS tem apostado de forma contínua no desenvolvimento e formação dos seus colaboradores. Em 2017, a este título, destacamos as ações de formação “Training on demand”, realizadas no âmbito da metodologia “IOW – Improve Our Work”, com vista a potenciar os níveis de eficiência organizacional.

Na linha dos anos anteriores, a MDS realizou, ao longo do ano, um conjunto de iniciativas diversas com vista a potenciar os níveis de compromisso (*engagement*) e de motivação dos colaboradores. Lançou a insígnia *Positive MinDS* e realizaram-se várias ações diferentes, em torno do propósito supracitado e da vivência dos valores corporativos (e.g. *MDS Day*, Encontro de Quadros, *MDS Christmas Party*, Dia da Mulher, entre outras). Ainda neste âmbito, foram criados espaços de leitura nos escritórios Porto e Lisboa - *Positive Readers Lounges* - no qual é disponibilizado a todos os colaboradores o acesso a uma vasta seleção de livros de diversos géneros literários, tendo em vista a promoção do conhecimento e o bem-estar.



O eixo estratégico de atração e retenção de capital humano foi essencialmente trabalhado através de iniciativas diversas, das quais destacamos duas: 1) celebração de protocolo com Católica *Business School* e 2) a integração de talento jovem através dos Programas Contacto e Estágio-Emprego.

Fundamental também destacar o trabalho realizado em torno da otimização dos espaços de trabalho das equipas, designadamente ao nível das infraestruturas e dos espaços físicos, o qual continuará em franco desenvolvimento no ano de 2018.

5. Desempenho Operacional

A MDS apresentou em 2017 um volume de negócios de 22.9 milhões de euros, representativo de um aumento de 5.3% face a 2016. Este crescimento evidencia a dinâmica de crescimento da empresa e a procura e desenvolvimento constantes por parte da mesma de novas soluções para os seus clientes, o que aliado a um setor segurador português com performance positiva, lhe tem vindo a conferir capacidade de retenção de clientes, bem como angariação de novos. No ano de 2017 o EBITDA situou-se nos 2.4 milhões de euros, verificando-se uma Margem EBITDA de 10.3%. Quanto ao Resultado Operacional da MDS atingiu o valor de 412 mil euros, o que, face ao mesmo período de 2016, representa um aumento de 47%.

Em termos financeiros, o fluxo de caixa das atividades operacionais alcançou o valor de 3.2 milhões de euros, contrastando com o que havia sido gerado em 2016 (754 mil euros), em virtude de uma melhoria registada na gestão de tesouraria. Como consequência o endividamento de médio e longo prazo da empresa reduziu-se em cerca de 1.9 milhões de euros.

No que concerne à gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura, esta encontra-se definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo MDS como uma política de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que o Grupo se encontra exposto, cujo detalhe se encontra descrito nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS.



6. Aplicação de Resultados

No exercício de 2017, a MDS obteve um resultado líquido negativo de 218 320,88 euros (duzentos e dezoito mil trezentos e vinte euros e oitenta e oito cêntimos).

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados:	- 218 320,88 €
	<u>- 218 320,88 €</u>

7. Perspetivas para 2018

O setor segurador, caracterizado no passado como um setor tradicional e predominantemente estável, com uma forma de atuação conservadora relutante à mudança, entra atualmente numa era de disrupção, onde apenas sobreviverão os *players* com capacidade de se reinventar e adaptar aos desafios impostos, em grande parte relacionados com a inevitabilidade do fenómeno da digitalização.

Assim, em 2018 a transformação digital continuará parte integrante e crucial da estratégia da MDS, assente na gestão de diferentes projetos na área de Digital Business com vista ao desenvolvimento das competências técnico-comerciais das equipas e otimização das ferramentas de e-commerce, procurando tirar proveito de oportunidades de crescimento e de desenvolvimento de negócio.

Por sua vez, em 2018, haverá necessidade de adaptação às exigências e às novas responsabilidades inerentes à transposição da nova Diretiva de Distribuição de Seguros e a implementação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, em estreita relação com a transparência já em muito evidenciada pela afirmação da MDS como um *trusted adviser*.

A consolidação da atuação da MDS nos diferentes mercados, bem como a crescente internacionalização através de novas parcerias estratégicas estarão igualmente previstos no caminho a traçar pela MDS, para o qual em muito contribui a rede Brokerslink, que permite



uma presença do Grupo em todo o Mundo. A MDS está desta forma convicta que a conjugação destes fatores proporcionará o alcance de uma forte estrutura de suporte para uma política de gestão de risco de primeiro nível, permitindo aumentar a visibilidade do Grupo.

Focada em compreender e antecipar as tendências do mercado segurador e responder de forma flexível e eficiente às exigências por ele impostas, a MDS continuará dia após dia empenhada em converter todas estas transformações em verdadeiras oportunidades de negócio com o objetivo de garantir um serviço pautado por um perfeito equilíbrio entre personalização do consumo e tecnologia. Adotando uma postura proativa movida pela busca da inovação e da criação de valor a MDS procurará prover o mercado de soluções customizadas de mitigação de riscos, preservando uma cultura de proximidade e assegurando aos seus clientes uma presença incondicional.

8. Considerações Finais

A MDS agradece o apoio dos clientes, que veem na MDS o seu parceiro de negócio; dos colaboradores e de todos aqueles que de forma empenhada e cooperante contribuem diariamente para a concretização dos objetivos; dos acionistas, pelo apoio, investimento e confiança demonstrada no futuro; das empresas de seguros, pelo espírito de cooperação e parceria e da Assembleia Geral e Fiscal Único pela disponibilidade e dedicação em cada momento.

Porto, 18 de junho de 2018

O Conselho de Administração,

(José Manuel Dias da Fonseca)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

(Maria Paula Correia Rios)

MDS Corretor de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 2º – 4100-130 Porto

Capital Social 1.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 469 460

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2017


MDS Corretor de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Montantes expressos em euros)

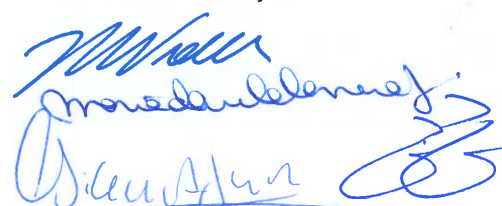
ATIVO	Notas	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	1 413 227,32	1 629 504,72
Ativos intangíveis	6	1 203 409,79	1 884 623,56
Goodwill	7	5 924 523,89	6 665 089,37
Participações financeiras - método equivalencia patrimonial	8	1 514 312,53	1 587 921,79
Participações financeiras - outros métodos	8	2 018 574,17	2 018 574,17
Ativos por impostos diferidos	9	88 005,90	60 370,66
Outros ativos não correntes	8 e 10	375 718,86	-
Total de Ativos não correntes		<u>12 537 772,46</u>	<u>13 846 084,27</u>
ATIVO CORRENTE			
Clientes	11	1 459 764,06	637 543,71
Estado e outros entes públicos	19	11 563,16	12 623,74
Acionistas	20	32 179,17	32 179,17
Outras contas a receber	12	2 642 863,22	3 662 166,10
Diferimentos	13	374 930,25	280 190,33
Caixa e depósitos bancários	4	5 163 218,33	4 662 476,23
Total de Ativos correntes		<u>9 684 518,19</u>	<u>9 287 179,28</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>22 222 290,65</u>	<u>23 133 263,55</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	1 000 000,00	1 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	5 065 000,00	5 065 000,00
Reserva legal	14	183 266,43	183 266,43
Outras reservas		3 172 090,61	3 172 090,61
Resultados transitados		(282 553,54)	(120 058,17)
Excedentes de revalorização		1 091,93	1 091,93
Resultado líquido do exercício		(218 320,88)	(162 495,37)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>8 920 574,55</u>	<u>9 138 895,43</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Acionistas	19	808 352,61	2 768 352,61
Passivos por impostos diferidos	17	182 133,91	218 560,69
Outros passivos não correntes	16	160 833,41	74 353,77
Total de passivos não correntes		<u>1 151 319,93</u>	<u>3 061 267,07</u>
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	1 054 943,14	704 359,24
Estado e outros entes públicos	19	260 423,33	265 641,12
Acionistas	20	2 340 178,61	1 544 505,57
Financiamentos obtidos	21	-	9 217,25
Outras contas a pagar	22	8 152 575,52	8 197 668,47
Diferimentos	13	273 228,60	211 709,40
Provisões	8 e 15	69 046,97	-
Total de passivos correntes		<u>12 150 396,17</u>	<u>10 933 101,05</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>13 301 716,10</u>	<u>13 994 368,12</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>22 222 290,65</u>	<u>23 133 263,55</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

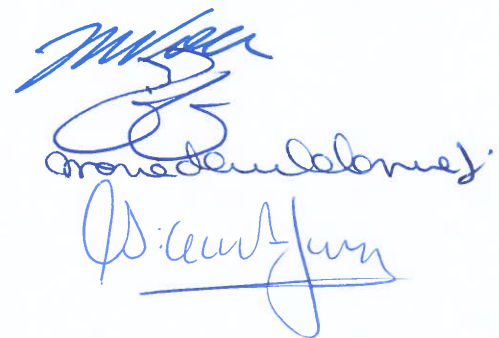
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Vendas e prestações de serviços	26 e 35	22 878 979,22	21 738 447,80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(54 515,43)	(182 492,61)
Fornecimentos e serviços externos	27	(12 259 905,45)	(11 489 342,42)
Gastos com o pessoal	28	(8 144 276,74)	(7 834 131,53)
Imparidade em investimentos ((perdas) / reversões)		106,80	516,34
Outros rendimentos e ganhos	30	730 616,31	941 430,56
Outros gastos e perdas	31	(786 400,16)	(693 467,43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 364 604,55	2 480 960,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(1 952 979,25)	(2 200 843,09)
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		411 625,30	280 117,62
Juros e rendimentos similares obtidos	32	6 106,85	2 065,10
Juros e gastos similares suportados	32	(58 869,95)	(103 594,75)
Resultado antes de impostos		358 862,20	178 587,97
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	(577 183,08)	(341 083,34)
Resultado líquido do exercício		(218 320,88)	(162 495,37)
Resultados por ação básico		(1,09)	(0,81)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

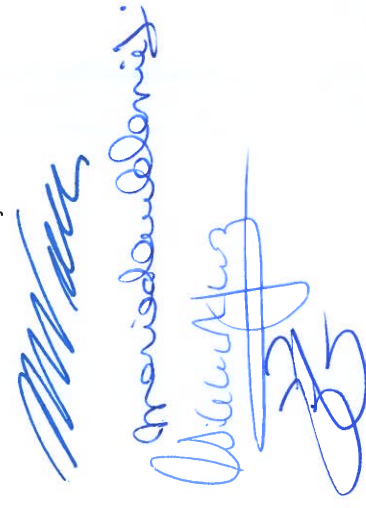
Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outros rendimentos integrais	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 000 000,00	4 890 000,00	183 266,43	3 333 058,42	262 747,31	1 091,93	(65 653,23)	(382 805,48)	9 221 705,38
Alterações no exercício									
Fusão	1	-	-	(95 314,58)	-	-	-	-	79 685,42
Aplicação do resultado líquido do exercício	14	-	-	-	(382 805,48)	-	-	382 805,48	-
Outras operações		-	-	(65 653,23)	-	-	65 653,23	-	-
		175 000,00	-	(160 967,81)	(382 805,48)	-	65 653,23	382 805,48	79 685,42
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	(162 495,37)	(162 495,37)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 000 000,00	5 065 000,00	183 266,43	3 172 090,61	(120 058,17)	1 091,93	(0,00)	(162 495,37)	9 138 895,43
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1 000 000,00	5 065 000,00	183 266,43	3 172 090,61	(120 058,17)	1 091,93	(0,00)	(162 495,37)	9 138 895,43
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado líquido do exercício	14	-	-	-	(162 495,37)	-	-	162 495,37	-
		-	-	-	(162 495,37)	-	-	162 495,37	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	(218 320,88)	(218 320,88)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 000 000,00	5 065 000,00	183 266,43	3 172 090,61	(282 553,54)	1 091,93	(0,00)	(218 320,88)	8 920 574,55

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

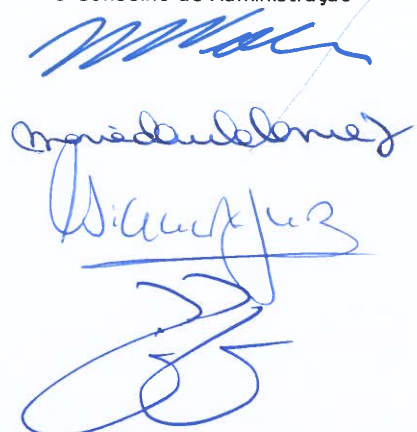
	Notas	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		22 904 773,59	20 251 003,58
Pagamentos a fornecedores		(11 812 171,22)	(11 370 312,38)
Pagamentos ao pessoal		(8 059 634,21)	(7 776 814,93)
Caixa gerada pelas operações		3 032 968,16	1 103 876,27
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 075,68)	(1 587,32)
Outros recebimentos / pagamentos		136 810,49	(347 941,10)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 164 702,97	754 347,85
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(249 812,49)	(614 628,39)
Ativos intangíveis	6	(58 697,38)	(327 616,59)
Investimentos financeiros	8	(248 156,56)	(1 236 989,21)
Financiamentos concedidos		(295 465,30)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		6 960,00	9 028,26
Investimentos financeiros		70 000,00	
Financiamentos concedidos		-	45 000,00
Juros e rendimentos similares		2,21	1 975,04
Dividendos		267,30	90,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(774 902,22)	(2 123 140,83)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 115 000,00	1 859 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 899 000,00)	(2 295 000,00)
Juros e gastos similares		(105 058,65)	(176 073,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1 889 058,65)	(612 073,54)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1) + (2) + (3)		500 742,10	(1 980 866,52)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	4 662 476,23	6 561 615,03
Efeito da fusão	1	-	81 727,72
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5 163 218,33	4 662 476,23

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS Corretor de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS - Corretor de Seguros, SA ("Empresa" ou "MDS"), é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 1984 tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia.

Nos termos do Artigo 7º do Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que a MDS, S.G.P.S, S.A., apresenta contas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e suas subsidiárias.

1.1 Operação de Fusão

No decurso do exercício de 2016, operou-se a fusão por incorporação da empresa MDS Affinity - Sociedade de Mediação de seguros, Lda (sociedade incorporada) na MDS - Corretor de Seguros, S.A. (sociedade incorporante), a qual produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Uma vez que esta operação ocorreu sob controlo comum, todos os ativos e passivos da MDS Affinity - Sociedade de Mediação de seguros, Lda foram transmitidos pelos respetivos valores contabilísticos e escriturados na contabilidade da Empresa pelos valores contabilísticos com que se encontram escriturados na MDS - Sociedade de Mediação de seguros, Lda na data da produção de efeitos contabilísticos do projeto de fusão.

Os valores dos ativos e passivos fusionados no âmbito do processo de Fusão à data da produção de efeitos contabilísticos eram como segue:

ATIVO	1.janeiro.2016
Ativos fixos tangíveis	96.578,86
Ativos intangíveis	31.900,88
Clientes	1.680,18
Estado e outros entes públicos	11.856,48
Sócios	3.352,63
Outras contas a receber	220.920,71
Diferimentos	2.802,74
Caixa e depósitos bancários	81.727,72
	450.820,20

<u>PASSIVO</u>	
Fornecedores	87.472,48
Estado e outros entes públicos	36.082,21
Sócios	86.587,14
Outros contas a pagar	<u>160.992,95</u>
	<u>371.134,78</u>
Impacto da fusão nos capitais próprios	<u>79.685,42</u>
Prestações acessórias	175.000,00
Outras reservas	(95.314,58)

fulva




2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2017.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções (instalações)	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	12,5 e 33,33
Outros activos fixos tangíveis	12,5

filves


As perdas por imparidade identificadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem e que se situam em cerca de 12 anos.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 8 anos, com exceção dos encargos com carteiras de clientes, e registadas por contrapartida da rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados.

3.2.3 Goodwill

Durante o exercício de 2006, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado as suas filiais Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda gerando um *goodwill* com essa operação.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa efetuou uma operação de fusão, tendo incorporado a subsidiária Polinsur – Mediação de Seguros, Lda, a qual também gerou *goodwill*.

No exercício de 2016 o valor de *goodwill* começou a ser amortizado. O valor das amortizações é registado como gasto na demonstração de resultados do exercício. Foi definido como prazo de amortização o período de 10 anos.

3.2.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como ganhos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

3.2.7 Investimentos em Empresas do Grupo ou Associadas

Os investimentos em partes de capital, controladas por empresas do grupo, mas em que a Empresa, individualmente, não tem capacidade de exercício de influência significativa ou controlo, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em partes de capital para os quais a Empresa tem capacidade de exercício de influência significativa e controlo são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da MDS no resultado integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas do grupo, por contrapartida do resultado integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa do grupo na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* (Nota 3.2.3) e mantidas no valor de investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Os restantes investimentos, nomeadamente efetuados em fundos de investimento, são registados pelo seu justo valor através de resultados determinado de acordo com a sua cotação de mercado.

3.2.8 Instrumentos financeiros

3.2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.8.2 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica juros e gastos similares suportados da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.2.12. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

3.2.8.3 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

3.2.8.4 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.8.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.8.6 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo e pelo método da equivalência patrimonial).

3.2.8.7 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efetuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou *fees* com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor da empresa seguradora ou do cliente, respetivamente. Em determinadas circunstâncias a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.8.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações removíveis em dinheiro.

3.2.10 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas do balanço em acionistas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.12 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do ativo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.2.13 Plano complementar de reforma

As empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006), assumiram, respetivamente, em 1993 e 1992, compromissos de complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus colaboradores.

Os compromissos encontram-se assumidos através de um contrato de seguro na Companhia de Seguros Ocidental (no caso da Unibroker Corretores de Seguros, SA) e pela participação num Fundo de Pensões Becim, incorporado e gerido pelo Fundo de Pensões Aberto do BPI (no caso da Becim Corretora de Seguros, Lda).

A Empresa adota como política contabilística, para o reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos, os critérios definidos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados, obtendo anualmente os estudos e cálculos atuariais dos Fundos em causa (Nota 22). Tais benefícios dos empregados configuram planos de benefícios definidos nos termos da referida norma, sendo que todos de juros e os custos por serviços prestados são registados na demonstração de resultados e todas as variações de responsabilidades por alteração de pressupostos atuariais registadas em capital próprio.

Durante o exercício de 2016, foi efetuado o resgate dos fundos atrás descritos.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do *goodwill*, de investimentos em empresas do grupo e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis, nomeadamente o valor afeto à carteira de cliente;
- c) Registo de imparidades ao valor do ativo;
- d) Registo de provisões.

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Numerário	20 918,82	17 493,06
Depósitos bancários	5 142 299,51	4 644 983,17
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	5 163 218,33	4 662 476,23

Dos montantes acima referidos, aproximadamente, 4,8 milhões de Euros correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2016). Face ao anteriormente exposto a MDS espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes ao nível do Grupo MDS.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	85 419,14	403 608,36	1 711 443,17	18 163,73	1 632 894,94	15 002,17	176 329,11	4 042 860,62
Aquisições	-	-	49 379,04	3 500,00	36 177,28	3 073,79	492 271,76	584 401,87
Fusão (nota 1)	-	-	203 631,64	-	341 682,41	-	-	545 314,05
Diminuições	-	-	(36 262,80)	-	(60 595,86)	-	-	(96 858,66)
Transferências / abates	-	-	401 506,37	-	-	-	(401 506,37)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	85 419,14	403 608,36	2 329 697,42	21 663,73	1 950 158,77	18 075,96	267 094,50	5 075 717,88
Aumentos	-	-	0,00	-	42 914,56	-	197 680,68	240 595,24
Diminuições	-	-	-	-	(369,00)	-	-	(369,00)
Transferências / abates	-	-	436 927,98	-	-	-	(436 927,98)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	85 419,14	403 608,36	2 766 625,40	21 663,73	1 992 704,33	18 075,96	27 847,20	5 315 944,12
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	-	219 103,04	1 029 533,81	18 163,74	1 461 450,10	15 002,17	-	2 743 252,86
Aumentos	-	5 125,15	243 503,67	145,82	88 207,62	1 409,52	-	338 391,78
Fusão (nota 1)	-	-	155 023,08	-	293 712,11	-	-	448 735,19
Diminuições	-	-	(23 570,82)	-	(60 595,85)	-	-	(84 166,67)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	-	224 228,19	1 404 489,74	18 309,56	1 782 773,98	16 411,69	-	3 446 213,16
Aumentos	-	5 125,15	371 845,13	1 750,00	77 231,88	551,48	-	456 503,64
Diminuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	-	229 353,34	1 776 334,87	20 059,56	1 860 005,86	16 963,17	-	3 902 716,80
Valor líquido								
A 31 de dezembro de 2016	85 419,14	179 380,17	925 207,68	-	167 384,79	1 664,27	267 094,50	1 629 504,72
A 31 de dezembro de 2017	85 419,14	174 255,02	990 290,53	1 604,17	132 698,47	1 112,79	27 847,20	1 413 227,32

As adições realizadas no decorrer do exercício de 2017 encontram-se essencialmente associadas a trabalhos realizados nas instalações da Empresa utilizados para funções administrativas e comerciais.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Ativo bruto	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	2 234 734,67	5 923 666,19	-	8 158 400,86
Aumentos	-	-	56 233,63	56 233,63
Fusão (nota 1)	1 930,00	1 712 257,29	8 360,45	1 722 547,74
Transferências / abates	-	11 131,06	(11 131,06)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	2 236 664,67	7 647 054,54	53 463,02	9 937 182,23
Aumentos	-	11 914,85	79 312,71	91 227,56
Transferências	-	20 813,62	-	20 813,62
Abates	-	(2 447,20)	(37 344,82)	(39 792,02)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	2 236 664,67	7 677 335,81	95 430,91	10 009 431,39
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	844 790,35	4 395 235,66	-	5 240 026,01
Aumentos	185 230,13	936 655,67	-	1 121 885,80
Fusão (nota 1)	1 930,00	1 688 716,86	-	1 690 646,86
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1 031 950,48	7 020 608,19	-	8 052 558,67
Aumentos	185 230,13	570 680,00	-	755 910,13
Transferências / abates	-	(2 447,20)	-	(2 447,20)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 217 180,61	7 588 840,99	-	8 806 021,60
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2016	1 204 714,19	626 446,35	53 463,02	1 884 623,56
A 31 de dezembro de 2017	1 019 484,06	88 494,82	95 430,91	1 203 409,79

Os aumentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nas rubricas "Software" e "Ativos intangíveis em curso" são constituídos fundamentalmente por investimentos no desenvolvimento do *software* operacional, relativo à gestão de carteiras e de prémios da Empresa e na elaboração de portal de interação com os clientes da Empresa.

O impacto decorrente da fusão com a MDS Affinity (nota 1) encontra-se essencialmente associado à plataforma online Continente Seguros.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 a Empresa procedeu à aquisição de um trespasse na zona centro do país pelo montante de 280.000 euros, que se encontra registado na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos".

7 GOODWILL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a empresa registou amortização do Goodwil.

O goodwill é relativo às carteiras da Unibroker/ Becim e da Polinsur, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o seu detalhe e respetiva amortização, a qual está a ser refletida em 10 anos, foi o seguinte:

	UBK/ BC	Polinsur	Total
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	6 844 554,74	561 100,13	7 405 654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	6 844 554,74	561 100,13	7 405 654,87
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	6 844 554,74	561 100,13	7 405 654,87
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	6 844 554,74	561 100,13	7 405 654,87
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	-	-	-
Aumentos	684 455,47	56 110,03	740 565,50
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	684 455,47	56 110,03	740 565,50
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	684 455,47	56 110,03	740 565,50
Aumentos	684 455,46	56 110,02	740 565,48
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1 368 910,93	112 220,05	1 481 130,98
Valor líquido			
A 31 de dezembro de 2016	6 160 099,27	504 990,10	6 665 089,37
A 31 de dezembro de 2017	5 475 643,81	448 880,08	5 924 523,89

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O detalhe das participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

31.dezembro.2017						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	Total
Accive	70,00%	333 963,40	-	-	62 263,96	396 227,36
Filhet Allard	35,00%	804 139,39	-	-	(18 941,91)	785 197,48
Iberosegur	60,00%	350 977,00	-	(170 390,80)	(12 832,60)	167 753,60
Moneris Seguros	60,00%	98 842,00	-	-	15 874,37	114 716,37
Flexben	45,00%	-	22 500,00	-	(48 406,95)	(25 906,95)
Buzzee	70,00%	-	3 500,00	-	(2 717,88)	782,12
MDS Partners	100,00%	-	50 000,00	-	(364,40)	49 635,60
Moneris Moçambique	50,00%	-	6 250,00	-	(49 390,02)	(43 140,02)
Valor Bruto		1 587 921,79	82 250,00	(170 390,80)	(54 515,43)	1 445 265,56
Provisões		-	69 046,97	-	-	69 046,97
Valor Líquido		1 587 921,79	151 296,97	(170 390,80)	(54 515,43)	1 514 312,53
31.dezembro.2016						
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação Método de Equivalência Patrimonial	Total
Accive	70,00%	245 530,40	154 000,00	-	(65 567,00)	333 963,40
Filhet Allard	35,00%	-	912 751,00	-	(108 611,61)	804 139,39
Iberosegur	100,00%	-	356 827,00	-	(5 850,00)	350 977,00
Moneris Seguros	60,00%	-	101 306,00	-	(2 464,00)	98 842,00
		245 530,40	1 524 884,00	-	(182 492,61)	1 587 921,79

No exercício findo a 31 de dezembro de 2017 a Empresa efetuou as seguintes operações:

Pagamentos/Recebimentos de Investimentos Financeiros

	31.Dezembro.2017	
	Pagamentos	Recebimentos
Iberosegur	-	70.000,00
Moneris Seguros	50.653,00	-
Flexben	2.250,00	-
Buzzee	3.500,00	-
MDS Partners	50.000,00	-
Moneris Moçambique	6.250,00	-
ISEM	135.503,56	-
Valor Bruto	248.156,56	70.000,00

- Adquiriu 45% do capital da sociedade da Flexben, Lda, pelo montante de 22.500 euros através do pagamento de 2.250,00€ e conversão de suprimentos em capital no valor de 20.250,00€.

- Adquiriu 50% do capital da sociedade Moneris – Corretor de Seguros, Lda. (Moçambique) pelo valor de 6.250 euros;

- Constituiu a totalidade do capital da sociedade MDS Partners - Corretor de Seguros, Lda pelo valor de 50.000 euros, SA;

- Constitui 70% do capital da sociedade Buzzee Insure, Lda, pelo montante de 3.500 euros;

- A Empresa realizou um pagamento por conta de Investimentos Financeiros em Curso pelo montante de 135.503,56 euros com vista à aquisição de 50% do capital social da sociedade ISEM – Corretora de Seguros e Resseguros, SA;

- A Iberosegur devolveu 50.000,00€ de prestações suplementares;

- Empresa alienou 40% do capital social da sociedade Iberosegur pelo montante 20.000,00 euros tendo já recebido a totalidade deste valor. Desta operação resultou uma menos valia de 100.390,80 euros.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2016 a Empresa reforçou a sua participação no capital da sociedade Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. através de prestações acessórias, no montante de 154.000 euros, e adquiriu 100% do capital da sociedade da Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda, pelo montante de 356.827 euros, 35% do capital da sociedade Filhet Allard, pelo montante de 629.751 euros, seguido de um aumento de capital em espécie com a incorporação na referida entidade de uma carteira de clientes gerada internamente pelo montante de 283.000 euros, e 60% do capital da sociedade Moneris Seguros – Mediação de Seguros, Lda, pelo montante de 101.306 euros, que têm por objeto a mediação de seguros.

8.2 Participações financeiras – outros métodos

O detalhe das participações financeiras, registadas pelo custo de aquisição, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	31.dezembro.2017				
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,13%	2 907 391,18	-	-	2 907 391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	5,00
Brokerslink AG	2,63%	45 758,21	-	-	45 758,21
Valor bruto		2 953 154,39	-	-	2 953 154,39
Perdas por imparidade		934 580,22	-	-	934 580,22
Valor líquido		2 018 574,17	-	-	2 018 574,17

	31.dezembro.2016				
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Lazam - MDS Corretora e Administradora de Seguros, SA	5,13%	2 907 391,18	-	-	2 907 391,18
MDS Malta Holding Limited	0,0001%	5,00	-	-	5,00
Brokerslink AG	2,63%	-	45 758,21	-	45 758,21
Valor bruto		2 907 396,18	45 758,21	-	2 953 154,39
Perdas por imparidade		934 580,22	-	-	934 580,22
Valor líquido		1 972 815,96	45 758,21	-	2 018 574,17

Foi efetuada uma avaliação ao investimento financeiro na Lazam – MDS Brasil – Consultores de Seguros de Risco de forma a determinar a existência ou não de imparidade. Em resultado do referido teste, no exercício de 2017 não há perda por imparidade.

A avaliação foi efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados, de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. Os principais pressupostos utilizados para a valorização deste investimento podem ser detalhados como segue:

	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento médio anual do volume de negócios (em termos médios)	Taxa de desconto utilizada
Lazam 2017	4%	10,20%	14,18%
Lazam 2016	4%	7,20%	15,50%

9 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado na rubrica de ativos por impostos diferidos a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalha-se como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Amortizações não aceites fiscalmente	6 300,00	4 200,00
Provisões e perdas por imparidade	3 352,38	3 352,38
Prémios diferidos baseados em acções	54 792,68	26 781,20
Diferimento de mais-valia	21 460,84	23 937,08
Outros	2 100,00	2 100,00
	88 005,90	60 370,66

O movimento na rubrica de ativos por impostos diferidos no exercício de 2017 e de 2016 detalha-se como segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Saldo inicial	60 370,66	113 678,21
Efeito em resultados:		
Amortizações não aceites fiscalmente	2 100,00	4 200,00
Provisões e perdas por imparidade	-	(69 513,01)
Prémios diferidos baseados em acções	28 011,48	(11 931,62)
Diferimento de mais-valia	<u>(2 476,24)</u>	<u>23 937,08</u>
Saldo final	<u>88 005,90</u>	<u>60 370,66</u>

10 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>		
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Perda por Imparidade</u>	<u>Valor Líquido</u>
Empréstimos concedidos a associadas:			
Flexben, Lda	<u>240 215,30</u>	-	<u>240 215,30</u>
	<u>240 215,30</u>	-	<u>240 215,30</u>
Adiantamento por conta de investimentos financeiros:			
ISEM - Corretora de Seguros e Resseguros, SA	<u>135 503,56</u>	-	<u>135 503,56</u>
	<u>135 503,56</u>	-	<u>135 503,56</u>
	<u>375 718,86</u>	-	<u>375 718,86</u>

Durante o exercício de 2017, a empresa celebrou um contrato promessa de compra e venda com vista à realização de um aumento de capital na sociedade ISEM - Corretora de Seguros e Resseguros, S.A., com base no qual passará a deter 50% daquela sociedade. O referido aumento de capital foi registado em 17 de Janeiro de 2018.

11 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Clientes correntes	1 474 663,52	652 443,17
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	<u>(14 899,46)</u>	<u>(14 899,46)</u>
	<u>1 459 764,06</u>	<u>637 543,71</u>

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS entende

que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro 2017 e 2016, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Não Vencido	447 456,49	159 174,32
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	13 264,59	170 177,86
30 - 90 dias	227 130,14	181 169,96
+ 90 dias	771 912,84	127 021,57
Vencido mas com registo de imparidade		
+ 360 dias	14 899,46	14 899,46
	<u>1 474 663,52</u>	<u>652 443,17</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 28)	<u>(14 899,46)</u>	<u>(14 899,46)</u>
	<u>1 459 764,06</u>	<u>637 543,71</u>

12 OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	381 200,67	374 697,78
Comissões a receber de seguradoras	833 414,51	948 994,35
Outros	24 923,03	86 107,71
	<u>1 239 538,21</u>	<u>1 409 799,84</u>
Outras dívidas de terceiros		
Fornecedores c/c - saldos devedores	293 326,36	412 688,74
Financiamentos concedidos a subsidiárias	35 000,00	-
Outros devedores		
Partes relacionadas	119 297,77	166 419,76
Seguradoras	523 353,03	378 563,99
Tomadores de seguros	146 085,12	1 078 360,82
Colaboradores	26 722,88	4 254,35
Outros	259 539,85	212 078,60
	<u>1 403 325,01</u>	<u>2 252 366,26</u>
Perdas por Imparidade (Nota 28)	-	-
Outras dívidas de terceiros	<u>1 403 325,01</u>	<u>2 252 366,26</u>
	<u>2 642 863,22</u>	<u>3 662 166,10</u>

13 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Valores devedores		
Seguros	89 093,35	86 615,56
Fornecimentos e serviços externos		
Rendas e Alugueres	54 921,98	29 142,73
Conservação e Reparação	30 774,65	104 397,98
Publicidade e propaganda	171,33	3 246,32
Trabalhos especializados	138 465,16	17 647,07
Outros	61 503,78	37 827,97
Outros	-	1 312,70
	<u>374 930,25</u>	<u>280 190,33</u>
Valores credores		
Prestação de serviços	271 728,60	211 709,40
Outros	1 500,00	-
	<u>273 228,60</u>	<u>211 709,40</u>

O valor incluído na rubrica de Trabalhos especializado é essencialmente o diferimento de licenças de software. Em 2016, este gasto estava a ser contabilizado em Conservação e reparação justificando a variação destas duas rubricas.

14 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 200.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a MDS, SGPS, SA detinha 100% das ações representativas do capital social da Empresa.

O valor incluído na rubrica Outros instrumentos de capital corresponde a Prestações acessórias constituídas durante o exercício de 2010 na sequência de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 2016 decorrente da fusão com a Empresa MDS Affinity foram incorporados 175.000,00 euros relativos a prestações acessórias, uma reserva por fusão negativa pelo montante de 42.457,28 euros e uma reserva de ajustamentos de conversão de POC para SNC no montante de 52.857,30 euros.

As prestações acessórias acima referidas seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

15 PROVISÕES

Os movimentos ocorridos em provisões durante o exercício findo em 2017 foi o seguinte:

Provisões	31.dezembro.2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Total
Participações Financeiras	-	69 046,97	-	69 046,97
	-	69 046,97	-	69 046,97

16 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante registado nesta rubrica corresponde a responsabilidades por pagamentos baseados em ações. Adicionalmente existe igualmente um montante registado no passivo corrente com a mesma natureza (nota 21).

17 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o detalhe de passivos por impostos diferidos é como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.dezembro.2017	Impostos diferidos passivos 31.dezembro.2016
Saldo inicial	218 560,69	254 987,47
Efeito em resultados:		
Amortizações da carteira de clientes	(36 426,78)	(36 426,78)
	182 133,91	218 560,69
Saldo final	182 133,91	218 560,69

O movimento na rubrica de passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Valor líquido das carteiras de clientes	809 484,06	971 380,86
	809 484,06	971 380,86
Taxa	22,5%	22,5%
Passivos por impostos diferidos	182 133,91	218 560,69

18 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de 1.054.943,14 Euros e 704.359,24 Euros, respetivamente, respeita exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Valores devedores		
Pagamento Especial por Conta	11 563,16	11 563,16
Outros Impostos	-	1 060,58
	<u>11 563,16</u>	<u>12 623,74</u>
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	16 696,56	17 910,28
Retenções na fonte	117 146,99	117 922,87
Contribuições para a Segurança Social	126 499,92	129 627,89
Outros impostos	79,86	180,08
	<u>260 423,33</u>	<u>265 641,12</u>

A estimativa de IRC - Imposto sobre o rendimento, está revelada na rubrica acionistas (Nota 19), dado que a Empresa está incluída no grupo de empresas dominado pela MDS, SGPS, SA e tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

20 ACIONISTAS

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Acionistas detalha-se como segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Activo corrente		
RETGS	32 179,17	32 179,17
	<u>32 179,17</u>	<u>32 179,17</u>
Passivo não corrente		
Financiamentos de participantes de capital	808 352,61	2 768 352,61
	<u>808 352,61</u>	<u>2 768 352,61</u>
Passivo corrente		
Financiamentos de participantes de capital	395 000,00	219 000,00
RETGS	1 945 178,61	1 325 505,57
	<u>2 340 178,61</u>	<u>1 544 505,57</u>

O montante incluído na rubrica RETGS passivo corrente corresponde montantes a pagar à sociedade dominante relativos ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (Nota 3.2.11 e 18).

O montante dos financiamentos de participantes de capital acima referido são empréstimos obtidos da acionista MDS, SGPS, SA, os quais vencem juros a taxas de mercados e têm uma natureza de longo prazo (Nota 33).

21 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Não correntes		
Locações financeiras	-	-
	-	-
Correntes		
Locações financeiras	-	9 217,25
	-	9 217,25

No exercício de 2017, os contratos de locação financeira vigentes à utilização de imóveis no âmbito da atividade comercial da MDS finalizaram.

22 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Fornecedores de investimentos	30 223,40	70 960,30
Cientes com saldo credor	1 577,83	61 274,45
Outros credores		
Seguradoras	3 737 768,99	3 784 107,53
Colaboradores	9 775,25	14 661,73
Agentes	32 380,24	28 521,99
Outros	993 268,38	988 953,13
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	1 621 612,61	1 589 161,38
Remunerações a liquidar	1 586 571,09	1 504 584,84
Pagamentos baseados em ações	82 689,61	44 673,79
Juros de empréstimos	56 267,10	102 455,80
Outros	441,02	8 313,53
	<u>8 152 575,52</u>	<u>8 197 668,47</u>

O montante registado na rubrica de outros credores corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da atividade normal da Empresa.

23 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional de imóveis, viaturas e outros equipamentos cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Vencíveis em:		
2017 renovável automaticamente	225 759,84	225 759,84
2018	606 223,99	714 876,00
2019	508 771,09	641 145,12
2010	310 669,15	546 961,15
2021	83 061,51	303 535,04
2022	41 531,72	25 697,37
	<u>1 776 017,30</u>	<u>2 457 974,52</u>

Em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 915.182,65 Euros (896.311,44 Euros no exercício de 2016) relativo a contratos de locação operacional (Nota 26).

24 COMPLEMENTO DE PENSÕES DE REFORMA

A Empresa assumiu em exercícios anteriores responsabilidades pelo pagamento de complementos de reforma aos colaboradores das empresas Unibroker Corretores de Seguros, SA e Becim Corretora de Seguros, Lda (entretanto incorporadas na Empresa durante o exercício de 2006).

- a) Fundo Autónomo em Companhia de Seguros (Fundo colaboradores Unibroker):
- b) Fundo de Pensões aberto (Fundo colaboradores Becim):

No exercício de 2016 procedeu-se ao resgate destes fundos, tendo sido gerada uma mais-valia de 48.835,54 euros, registada em Outros Rendimentos e Ganhos (Nota 29). O valor das reservas acumuladas em Outro Rendimento Integral, de 65.563,23 euros, foi transferido para Reservas Livres.

No exercício de 2017, a Empresa efetuou uma correção ao proveito gerado no exercício de 2016 reconhecendo o proveito no montante de 16.466,36 euros relativo à retenção não fonte que não tinha sido contemplada no registo da mais-valia.

25 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a MDS tinha garantia prestada de 300.476,94 Euros relativas ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, as quais são mantidas junto do Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") que por sua vez passou a designar-se Autoridade de supervisão de Seguros ("ASF") a 1 de janeiro de 2015.

Em 2012, foi também subscrita uma garantia de 410.526,23 Euros por processo fiscal relativo a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas do exercício fiscal de 2008, no montante de 321.783,08 Euros. A Empresa apresentou em 21 de janeiro de 2013 uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo do Porto, com os seus argumentos, exigindo a anulação da liquidação de imposto. É entendimento do Conselho de Administração que deste processo não resultarão perdas para a Empresa, motivo pelo qual não foi registada qualquer provisão.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015 foi subscrita garantia bancária no montante de 352.960,44 Euros para efeitos de garantia de pagamento a seguradora pela subsidiária ACCIVE Insurance - Corretores de Seguros, S.A.

26 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2016 e 2015 por mercados geográficos e por natureza é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Comissões		
Nacionais	21 734 083,18	20 522 452,29
Internacionais	307 014,34	385 991,80
Fees		
Nacionais	747 446,41	648 043,99
Outros		
Nacionais	16 502,98	181 959,72
Internacionais	73 932,31	-
	<u>22 878 979,22</u>	<u>21 738 447,80</u>

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 33 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 33)	21 726 780,71	20 869 819,73
Valor de rappel dotado e não recebido	6 672,93	(64 641,74)
Dotação / (anulação) comissões	(4 973,75)	(260 782,91)
Outros	5 603,29	(21 942,79)
Total de comissões nacionais	<u>21 734 083,18</u>	<u>20 522 452,29</u>

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2017</u>	<u>31.Dezembro.2016</u>
Trabalhos especializados	1 429 082,96	1 161 136,00
Comissões	7 519 793,35	6 912 298,37
Publicidade e propaganda	381 839,20	363 849,91
Vigilância e segurança	7 770,29	1 608,97
Serviços bancários	29 867,59	33 720,06
Conservação e reparação	510 462,00	590 854,88
Ferramentas e utensílios	77,42	235,11
Livros e documentação técnica	6 038,33	1 296,16
Material de escritório	34 481,13	31 127,28
Artigos para oferta	12 302,63	17 294,25
Electricidade	31 104,68	40 145,06
Combustíveis	75 992,17	76 431,63
Água	17 995,42	20 107,40
Deslocações e estadas	450 763,96	399 426,16
Rendas e alugueres (Nota 22)	917 478,68	935 118,55
Comunicação	476 455,32	438 698,80
Seguros	66 674,88	52 357,48
Contencioso e notariado	7 527,10	4 455,48
Despesas de representação	68 591,04	104 972,23
Limpeza higiene e conforto	53 679,95	51 253,58
Outros	161 927,35	252 955,06
	<u>12 259 905,45</u>	<u>11 489 342,42</u>

28 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Remunerações	6 409 925,11	6 082 653,87
Indemnizações	55 976,49	40 121,93
Encargos sobre remunerações	1 224 935,98	1 196 693,25
Seguros	320 141,75	307 731,36
Gastos com acção social	27 503,44	84 688,41
Outros gastos com pessoal	105 793,97	122 242,71
	<u>8 144 276,74</u>	<u>7 834 131,53</u>

29 IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

<u>Rubricas</u>	<u>01.janeiro.2017</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.dezembro.2017</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 11)	14 899,46	-	-	14 899,46
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 12)	-	-	-	-
	<u>14 899,46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 899,46</u>
<u>Rubricas</u>	<u>01.janeiro.2016</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 11)	18 842,68	-	(3 943,22)	14 899,46
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 12)	305 003,50	-	(305 003,50)	-
	<u>323 846,18</u>	<u>-</u>	<u>(308 946,72)</u>	<u>14 899,46</u>

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma análise às contas correntes das Companhias e foi apurada a necessidade de utilizar a imparidade registada nos exercícios anteriores.

30 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Rendimentos suplementares		
Honorários de gestão	273.725,98	241.101,58
Serviços prestados a empresas do grupo	270.422,19	228.005,47
Outros	10.797,40	76.517,95
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	-	10.039,26
Diferenças de câmbio	9.175,25	3.068,06
Benefícios de reforma (Nota 23)	16.466,36	331.834,54
Outros		
Reembolso de despesas jurídicas	36.998,62	-
Regularizações	113.030,51	50.863,70
	<u>730.616,31</u>	<u>941.430,56</u>

Na rubrica Outros, o reembolso de despesas jurídicas diz respeito ao recebimento da AIG referente ao reembolso de honorários de advogados no âmbito de processo de responsabilidade civil. As regularizações de conta corrente respeitam, essencialmente, a regularizações de contas.

31 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Impostos	405 950,27	394 109,97
Donativos	47 221,92	34 786,04
Quotizações	46 374,24	35 808,66
Diferenças cambiais	7 143,11	7 442,79
Perdas na alienação de investimentos financeiros	100 390,80	-
Outros	179 319,82	221 319,97
	<u>786 400,16</u>	<u>693 467,43</u>

O montante na rubrica Outros corresponde a regularizações de contas.

32 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Juros suportados	(58 869,95)	(103 594,75)
	<u>(58 869,95)</u>	<u>(103 594,75)</u>
Juros obtidos	5 839,55	2 065,10
Dividendos	267,30	-
	<u>6 106,85</u>	<u>2 065,10</u>

33 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Imposto corrente	472 519,01	331 966,88
Imposto diferido (Notas 9 e 16)	(64 062,02)	16 880,77
(Excesso) / insuficiência estimativa imposto	168 726,09	(7 764,31)
	<u>577 183,08</u>	<u>341 083,34</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Resultado antes de impostos	358 862,20	178 587,97
Amortização de Goodwill	749 898,81	740 565,50
Ganhos/perdas decorrentes da aplicação do MEP	64 420,43	182 492,61
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-
Regularizações de contas correntes	-	195 650,25
Amortizações não aceites fiscalmente - carteira clientes	161 896,80	161 896,80
Gastos relativos a pagamentos baseados em acções	124 495,46	(53 029,41)
Benefícios fiscais	(142 405,11)	(138 254,13)
Variações dos fundos de pensões	-	-
Outros		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	162 646,20	-
Menos/mais-valias contabilísticas	100 390,80	(3 217,28)
Outros	17 704,67	(17 465,26)
Matéria colectável	1 597 910,26	1 247 227,05
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%
	<u>335 561,15</u>	<u>261 917,68</u>
Efeito da constatação/reversão de impostos diferidos	-	-
Colecta	335 561,15	261 917,68
Derrama	26 905,96	19 637,01
Tributação autónoma	110 051,90	50 412,16
	<u>472 519,01</u>	<u>331 966,86</u>
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior	168 726,09	(7 764,31)
Impostos diferidos	(64 062,02)	16 880,77
Total do imposto	<u>577 183,11</u>	<u>341 083,34</u>

A rubrica "Benefícios fiscais" diz respeito, essencialmente, à Criação Líquida de Emprego.

34 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Outras partes relacionadas	658 640,59	524 137,14	5 875 986,68	6 593 643,31
	<u>658 640,59</u>	<u>524 137,14</u>	<u>5 875 986,68</u>	<u>6 593 643,31</u>
	Outros rendimentos		Juros suportados	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Acionistas	11 176,16	11 206,78	54 888,63	100 861,71
Outras partes relacionadas	322 414,20	712 083,46	3 642,06	2 112,16
	<u>333 590,36</u>	<u>723 290,24</u>	<u>58 530,69</u>	<u>102 973,87</u>
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Acionistas	76 912,56	19 412,84	1 038 442,85	1 084 728,70
Outras partes relacionadas	168 948,18	259 324,96	866 432,14	897 399,74
	<u>245 860,74</u>	<u>278 737,80</u>	<u>1 904 874,99</u>	<u>1 982 128,44</u>
	Empréstimos obtidos		Empréstimos Concedidos	
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Acionistas	1 048 352,61	2 878 352,61	-	-
Outras partes relacionadas	155 000,00	109 000,00	35 000,00	-
	<u>1 203 352,61</u>	<u>2 987 352,61</u>	<u>35 000,00</u>	<u>-</u>

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 tem a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Remuneração fixa	920 446,83	952 216,04
Remuneração variável de curto prazo	332 426,76	336 429,66
Remuneração variável de longo prazo	<u>185 332,25</u>	<u>53 034,25</u>
	<u>1 438 205,84</u>	<u>1 341 679,95</u>

Em 2017 e 2016 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Empresa.

35 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

Empréstimos obtidos

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
MDS, SGPS, SA	2 878 352,61	920 647,39	2 750 647,39	1 048 352,61
	2 878 352,61	920 647,39	2 750 647,39	1 048 352,61

Norma regulamentar nº 15/2009 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

O corretor de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita exceções - no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

Aquando do pagamento, por parte do tomador, dos fundos (prémios) relativos aos contratos de seguros

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	<u>Remunerações (€)</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerário	21.726.780,71	20.869.819,73
TOTAL	<u>21.726.780,71</u>	<u>20.869.819,73</u>

Por tipo	<u>Remunerações (€)</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões	21.726.780,71	20.869.819,73
TOTAL	<u>21.726.780,71</u>	<u>20.869.819,73</u>

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações			
		Ramo Vida		Ramo Não Vida	
		2017	2016	2017	2016
1010	Liberty, SA	2.862,14	2.836,92	171.614,75	169.116,00
1011	Fidelidade, SA	61.146,94	69.433,39	5.538.412,69	5.843.151,79
1020	Mútua dos Pescadores, SA			3.922,60	1.174,51
1021	Generali Vida, SA	275.198,26	206.897,97		
1023	Ocidental, SA			509.529,72	400.800,75
1024	Ocidental Vida, SA	5.344,78	616,45		
1025	Lusitania Vida, SA	229,88	376,04		
1026	Lusitania, SA			352.156,21	522.976,49
1028	Allianz Portugal, SA	3.994,32	3.825,14	621.010,69	697.772,47
1029	Real Vida, SA	7.812,95	2.530,77	23,69	86,56
1039	Ageas Portugal Vida, SA	11.154,99	13.408,83		
1056	Inter Partner Assistance			4.356,90	3.786,93
1085	AIG Europe Limited			1.271.113,73	1.350.748,57
1086	Cosec, SA			104.797,89	62.563,16
1096	Victoria Vida, AS	105.877,48	54.877,60		
1097	Groupama Seguros, SA			94.005,22	17.394,84
1098	Groupama Vida, SA	21.845,66	13.519,05		
1102	Mapfre Asistencia, S.A.			198.073,06	124.427,85
1117	EuropAssistance, SA			1.521,57	2.295,72
1129	Ageas Portugal, SA			210.664,89	180.595,03
1131	Medis, SA			135.981,61	83.338,88
1132	Zurich Vida, SA	6.989,01	8.672,30		
1133	Caravela, SA			45.254,03	49.457,80
1142	Via Directa, SA			683.927,27	694.163,89
1145	Mapfre, SA			98.493,75	118.554,50
1146	Atradius Crédito y Caucion			25.616,39	25.604,18
1151	Eurovida, SA	18.007,21	19.198,01		
1157	Arag			685,81	1.640,43
1159	Cesce, SA			17.855,18	19.723,93
1160	Victoria Seguros, SA			190.863,89	190.616,55
1166	Hiscox Ins. Company Limited			67.303,69	61.970,02
1167	Popular Seguros, SA			9.650,78	13.345,65
1173	Chubb European Group Limited - Sucursal em Portugall (Atua com			81.820,52	270,00
1177	ERV Portugal			7.694,90	678,02
1182	Axeria Prevoyance (April)	5.189,61	6.063,64		
1184	Zurich, SA			466.957,27	449.843,34
1186	Mapfre Vida, SA	199,69	457,66		
1188	MetLife, Inc	67.942,14	33.041,20	3.836,88	-6.216,73
1194	Assicurazioni Generali, SA			943.153,49	930.648,63
1196	Abarca - Companhia de Seguros, S.A.			837,55	
1197	Seguradoras Unidas, SA	25.156,54	26.537,08	1.955.095,92	1.354.747,28
3814	SGF-Soc. Gest. Fundo Pensões				
4039	HDI Global SE			28.745,19	6.625,10
4109	HDI Global SE (Espanha)			250,00	250,00
4171	Axa Versicherung AG (F.Rego)			23.538,87	47.576,29
4196	Domestic & General Insurance PLC			6.555.955,28	6.445.548,58
4201	Ergo			4.226,61	4.203,52
4280	Euro Insurances DAC			11.192,72	6.738,42
4286	XL Insurance Company Ltd			310.849,11	241.962,50
4378	AIG Espanha			0,00	-1.221,69
4389	Coface Portugal			81.730,82	65.233,57
4423	Markel, Ltd			1.400,00	1.400,00
4461	Ace European Group Limited			111.225,54	125.898,85
4536	Helvetia Companhia Suiza S.A. de Seguros Y Reaseguros			12,34	1.092,49
4561	Trade Credit Re Insur. Company				
4583	HCC, S.L.				
4608	Mutuelle G. Education Nationale			154.543,24	91.971,01
4665	Nacional Suiza				
4835	HCC International Insurance Company Plc (sucursal em Espanha)			4.464,00	4.972,00
	Outros sem código de mediação			3.462,85	
	TOTAL	618.951,60	462.292,05	21.107.829,11	20.407.527,68

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ASF	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2017	2016
4196	Domestic & General Insurance PL	30,2%	31,4%
1011	Fidelidade-Mundial, SA	25,8%	28,8%
1197	Seguradoras Unidas, SA	9,1%	6,7%
1085	AIG Europe Limited	5,8%	6,6%
1194	Assicurazioni Generali,SA	4,3%	4,5%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2017	2016
Início exercício	4 450 984,03	5 931 287,25
Final do exercício (Nota 4)	4 795 439,76	4 450 984,03
Volume movimento do exercício		
A débito	124 221 815,45	118 919 575,55
A crédito	123 877 359,72	120 399 878,77

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	276 370,11	1 169 294,52	130 284,99	90 933,70
Empresas de seguros	523 353,03	378 563,99	3 737 768,99	3 784 107,53
Outros mediadores	222 419,92	50 328,68	32 380,24	28 521,99
TOTAL	1 022 143,06	1 598 187,19	3 900 434,22	3 903 563,22

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2017	2016	2017	2016
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	523 353,03	378 563,99	3 737 768,99	3 784 107,53
Outras quantias	498 790,03	1 219 623,20	162 665,23	119 456
TOTAL	1 022 143,06	1 598 187,19	3 900 434,22	3 903 563,22

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2017	2016
Garantias (caução)	390 061,07	300 476,94

Garantia nos termos da alínea d) e nº 1 do Art.19 do Dec.Lei 144/2006, de 31 de Julho na redacção dada pelo Dec.Lei 359/2007, de 2 de Novembro

Atividade	Valor	
	2017	2016
Mediação de Seguros	371 301,07	300 476,94
Resseguro	18 760,00	18 760,00

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ASF	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2017	2016	2017	2016
4196	Domestic & General Insurance PLC	6 555 955,28	6 445 548,58	30,2%	31,4%
1011	Fidelidade, SA	5 599 559,63	5 912 585,18	25,8%	28,8%
1197	Seguradoras Unidas, SA	1 980 252,46	1 381 284,36	9,1%	6,7%
1085	AIG Europe Limited	1 271 113,73	1 350 748,57	5,8%	6,6%
1194	Assicurazioni Generali,SA	943 153,49	930 648,63	4,3%	4,5%

As alíneas que se encontram ausentes desta nota não são aplicáveis à Empresa.

Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2017 os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SPGS, S.A. em 31 de dezembro de 2017.

Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)

No exercício de 2013, a Empresa realizou investimentos suscetíveis de serem apoiados ao abrigo do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de acordo com o enquadramento previsto na Lei n.º 49/2015, de 16 de julho. Neste sentido, foi apurado um montante de benefício fiscal de 146.000 Euros, aproximadamente, dedutível à coleta de IRC, até à concorrência de 70% da mesma e a ser utilizado pela MDS SGPS, empresa dominante do RETGS em que a Empresa está inserida. Por uma questão de prudência, a Empresa não registou este ativo por imposto diferido, que pode ser utilizado por 6 períodos, i.e., até 2018.

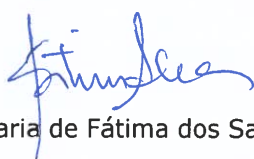
36 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2017 e até esta data que necessitem de ser divulgados.

37 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Junho de 2018, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,

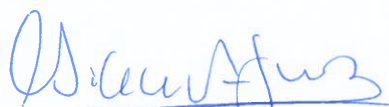


(Maria de Fátima dos Santos Alves)

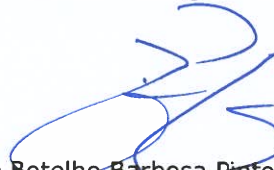
O Conselho de Administração,



(José Manuel Queiroz Dias da Fonseca)



(Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



(Maria Paula Correia Rios)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS - Corretor de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 22.222.290,65 euros e um total de capital próprio de 8.920.574,55 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 218.320,88 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS - Corretor de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral das subsidiárias. Conforme indicado na Nota 1 do Anexo, ao abrigo do nº 3 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado através do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, a Entidade encontra-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 18 de junho de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da MDS – Corretor de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS – Corretor de Seguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

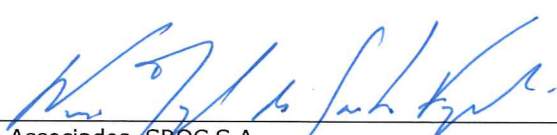
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Outras matérias” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 18 de junho de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC